

ATA 14

Enviado por Visitante em Seg, 25/07/2011 - 16:54

Ata 14/2010 – Aos quinze dias de setembro de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, reuniram-se para reunião ordinária, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que seguem nomeados: Adiles Donadel, RG 1.189.570, CPF 881.195.139-91, Rua General Rondon 1735; Roseli Terezinha Gass, RG 30478678-0, CPF 627.534.449-00, Rua Bonfim 1621, Centro; Lucimar Recalcatti Vieira, RG 2140346, CPF 498852439-68; Rejane Linck Neumann, RG 102160102-4, CPF 389607020-72; Ivone Laguna Abreu, RG 42782238, CPF 52531902953; Lineu Wutzke, RG 307.165-74, CPF 681.493.799-91, Rua Pinto Bandeira, 921 Jardim Pancera; Gisela Ramos, RG 447215; Márcia Fath, RG 5857641-7, CPF 034956059-59; Tatiane Rauber; Ângela Kant Martins, RG 52835550, CPF 41722035072; Marília Borges, RG 40900178-91, CPF 009376850-89, Rua Gustavo Barroso, 1326, Panorama; Lizandra Aparecida Oldoni, RG 8394782-9, CPF 044401589-27; Antônio Carlos de Azevedo; Nelson Engelmann, RG 4.381.615-2, CPF 706.150.719-53; Simone Beatriz Ferrari; Marilize Neske Pott, RG 4.014.603-2, CPF 589.334.509-63; Rosana Aparecida dos Santos, RG 5.649.874-5, CPF 955.023.519; Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro, RG 6.108.214-0, CPF 022.068.009-71. Como convidados estiveram presentes: Denise Liell secretária municipal de Saúde; Taís Maciel, representante da área de Saúde Mental; Ildo Bombardelli, secretário municipal de Educação; Milton Endler, representante da Secretaria Municipal da Fazenda; Naação Luiz da Silva Conselheiro Tutelar; Rosângela Bertoldo e Juliano Varanis coordenador do CREAS I. O presidente (CMDCA) Lineu iniciou os trabalhos com a apresentação da pauta: a) Aprovação das Atas 12 e 13/2010; b) Informes da Secretaria Executiva (correspondências recebidas e expedidas); c) Relato das Comissões (Comissão Técnica, Comissão de Visita ao Circo da Alegria, Comissão do Imposto de Renda); d) Aprovação do Relatório de Gestão Bimestral dos Direitos da Criança e da Adolescência; e) Relato sobre os serviços de acolhimento; f) Assuntos gerais. O presidente Lineu deu boas vindas a todos e informou que deverá ser incluído na pauta sobre o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) das secretarias conforme Instrução Normativa 36/2009, e a partir disso a Assistente Social Fernanda solicitou a inclusão na pauta do item sobre o Calendário para os Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente. O conselheiro Lineu agradeceu a presença dos secretários municipais da educação, esportes e saúde e a Assistente Social Fernanda, além de que sugeriu que o item d) da pauta e o OCA sejam os primeiros pontos da reunião, sendo aprovada sugestão pela plenária. Sobre o item a) da pauta, foram aprovadas as atas 12 e 13/2010. Sobre o item b) a Secretária Executiva dos Conselhos realizou a leitura das correspondências recebidas e expedidas. Constituíram-se como correspondências recebidas: Convite para o Evento no Mini-auditório da UNIOESTE/Campus Toledo “ECA 20 anos: o desafio para concretizar o direito fundamental à convivência familiar e comunitária” que realizar-se-à no dia 09 de outubro de 2010 às oito horas e trinta minutos com a presença do Juiz da Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, a Psicóloga das Casas Abrigo de Toledo Suélen Vendruscolo e a Assistente Social e Coordenadora do Programa Família Acolhedora de Cascavel Neuza Cerutti; Informe do Conselho Tutelar sobre o afastamento da conselheira Sylvania Dalberto Alves por determinação médica; E-mail de solicitação das atas do CMDCA realizada pelo Promotor de Justiça Sandres Sponholz; Ofício circular 26/2010 do Gabinete do Prefeito que convida os conselheiros para a Audiência Pública de apresentação e discussão do Orçamento para 2011 que realizar-se-à no dia 20 de setembro de 2010. como correspondências expedidas constituíram-se: Ofício 30/2010 para a Promotora de Justiça Kátia Krüger que encaminha o Relatório da Comissão de Fiscalização do CMDCA em relação às visitas realizadas nos serviços de acolhimento institucional; Ofício 31/2010 para o Juiz da Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos que encaminha o Relatório da Comissão de Fiscalização do CMDCA em relação às visitas realizadas nos serviços de acolhimento institucional; Ofício 68/2010 para o Conselho Municipal de Saúde com objetivo de fomentar neste conselho a discussão sobre a quantificação dos atendimentos por criança e adolescente, diferente da quantificação que se faz atualmente por procedimento; Ofício 69/2010 à Secretaria da Criança e Juventude (SECJ) que informa sobre a posse da nova conselheira tutelar Luzinete Aparecida de Oliveira Savaris. Sobre o item d) Aprovação do Relatório de Gestão Bimestral dos Direitos da Criança e da Adolescência Milton realizou a leitura do Balancete financeiro do quarto bimestre, sendo que há um saldo de R\$27.638.588,29 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos) para a área da criança e do adolescente. Além disso, Milton afirmou que nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação foram feitas aplicações diretas do município no valor de R\$7.779.592,76 (sete milhões, setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos). Após esta apresentação, a conselheira Roseli questionou se no balancete não é necessário conter as demais secretarias, ao que Milton esclareceu

que somente a partir de 2011, além disso a conselheira Roseli solicitou que seja encaminhado balancete financeiro por e-mail para leitura prévia por parte dos conselheiros que será realizado a partir da próxima reunião. Em complementaridade, a Assistente Social Fernanda realizou a apresentação dos dados quantitativos, momento em que relatou que foram realizadas algumas pontuações que considera essenciais, sendo uma destas a referente à demanda reprimida conforme solicitação do Ministério Público. Iniciou-se a apresentação referente aos dados da Secretaria Municipal de Assistência Social através dos programas e projetos governamentais e não-governamentais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. No decorrer da apresentação a conselheira Roseli questionou se a unidade social é uma instituição governamental ou não-governamental, ao que a Secretária de Assistência Social Ires e o conselheiro Rodrigo assinalaram que é governamental, porém a gestão é realizada pela instituição Ação Social São Vicente de Paulo, momento em que a conselheira Roseli assinalou que a instituição não participará na divisão de recursos, sendo essencial o registro deste aspecto no CMDCA. Quando discutiu-se sobre a demanda reprimida, a Assistente Social Fernanda esclareceu que deve-se tomar cuidado sobre a demanda reprimida e exemplificou os atendimentos de alta complexidade. A Secretária de Assistência Social Ires ressaltou a importância de discutir que nas instituições de acolhimento não pode atender mais de 20 (vinte) crianças, pois se trata de mudança na modalidade de atendimento, não havendo assim o cumprimento da legislação. Constituíram-se como total de atendimentos da área de Assistência Social (Secretaria e entidades) 3.065 (três mil e sessenta e cinco), sendo que destes 1.826 (um mil, oitocentos e vinte e seis atendimentos) foram realizados na área de Proteção Social Básica, 922 (novecentos e vinte e dois) atendimentos na área de Proteção Social Especial e 317 (trezentos e dezessete) atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar. No que se refere à apresentação sobre a área de Educação, o secretário Ildo ressaltou a preocupação sobre a construção de conjuntos habitacionais sem que haja o planejamento e execução de ações na área da educação, principalmente no que tange a construção de escolas e creches. A Secretaria de Educação realizou um total de 12.345 (doze mil, trezentos e quarenta e cinco) atendimentos, sendo que 1.456 (um mil, quatrocentos e cinquenta e seis) atendimentos foram realizados através dos CMEIs, 10.579 (dez mil, quinhentos e setenta e nove) atendimentos através das escolas municipais e 310 (trezentos e dez) atendimentos através das entidades beneficentes. No decorrer da apresentação, a conselheira Lucimar ressaltou a importância de somar a demanda reprimida por área para se ter idéia sobre a necessidade das ações específicas, além de que a plenária discutiu sobre a importância de quantificar os atendimentos e educadores que realizam ações descentralizadas, como no caso das secretarias de cultura e esportes. Sobre a Secretaria Municipal de Saúde totalizou-se 34.989 (trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove) atendimentos, sendo que 4.740 (quatro mil, setecentos e quarenta) foram exames; 11.453 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e três) foram consultas; 1.345 (mil trezentos e quarenta e cinco) consultas especializadas; 815 (oitocentos e quinze) atendimento saúde mental; 78 (setenta e oito) atendimentos psicossocial álcool e drogas; 16.558 (dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e oito) acompanhamentos de agentes comunitárias de saúde; 1.306 (mil trezentos e seis) atendimentos pela APAE. A Secretaria Municipal de Cultura totalizou se 796 (setecentos e noventa e seis) sendo programas e projetos. A Secretaria Municipal de Esportes realizou um total de 2.829 (dois mil, oitocentos e vinte e nove) atendimentos nos programas e projetos. No decorrer da apresentação, o Secretário de Esportes e Lazer assinalou que não há demanda reprimida nesta área devido as ações descentralizadas que buscam atender a população. Sobre os atendimentos na área de saúde, a Secretária Denise afirmou que os atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde e na área de imunização são demanda espontânea, porém que a demanda sobre atendimento especializado (exames e saúde mental) será apurado para fundamentar os próximos relatórios. A conselheira Lucimar assinalou que é necessário identificar a demanda reprimida nestas áreas especificamente enquanto conselheiros, além da importância que se tenham dados da realidade das crianças e adolescentes, considerando que o CMDCA pode deliberar pela contratação de profissionais e demais ações no sentido de garantir o atendimento integral e prioritário à estes sujeitos. Sobre este aspecto a Psicóloga Taís Maciel, Diretora da área de Saúde Mental afirmou que há aproximadamente 60 (sessenta) crianças e adolescentes na fila de espera para atendimento fonoaudiológico e aproximadamente 258 (duzentas e cinquenta e oito) crianças e adolescentes na fila de espera para atendimento na área de psicologia por se tratar de 1 (uma) profissional que realiza todos os atendimentos. Nesse sentido, a Secretária Denise ressaltou quando há a possibilidade são realizados grupos pequenos para trabalhar com as crianças e adolescentes. Após essa discussão, a plenária aprovou o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do quarto bimestre de 2010, com a alteração dos dados da Secretaria Municipal da Cultura. O conselheiro Lineu assinalou as mudanças no decorrer do processo de elaboração do Relatório e agradeceu a Assistente Social Fernanda pelo empenho na elaboração deste documento. Dando continuidade, Fernanda apresentou a proposta de calendário com as datas e obrigações havendo a partir dessa proposta de modificar para quarta-

feira da quarta semana de cada mês a reunião do CMDCA devido o planejamento e envio das informações. As instituições que tem atendimentos de outras áreas como saúde e educação deverão protocolar as informações nestas secretarias que encaminharão o relatório para a Secretaria Municipal de Assistência Social. A partir disso, a Secretaria encaminhará o Relatório para o Setor de Controle Interno e após análise este será encaminhado novamente à Secretaria de Assistência Social que fará a publicização deste e a partir da discussão e aprovação no CMDCA será publicado em Diário Oficial. Fernanda ressaltou a importância de seguir as orientações técnicas, a conselheira Roseli questionou se terá que encaminhar os dados sobre os objetivos dos serviços, recursos humanos e o número de atendimentos, ao que Fernanda esclareceu que devem ser informadas as mudanças, além do número de crianças e adolescentes atendidos e demanda reprimida, momento em que foi aprovado o calendário. Fernanda ressaltou a importância de elencar pessoas de referência de cada secretaria para receber o e-mail sobre as orientações e proceder a elaboração dos documentos. Referente ao Orçamento Criança e Adolescente, o Secretário Municipal de Esportes Mauro iniciou a apresentação sendo que conforme discussão com a Secretaria de Planejamento para adequação do orçamento no total de R\$5.753.000,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil reais) este foi dividido com base nas seguintes funções R\$1.782,00 (um milhão, setecentos e oitenta e dois reais) para pagamento de recursos humanos (sendo que destes aproximadamente 90% se referem ao atendimento de crianças e adolescentes); R\$ 929.000,00 (novecentos e vinte e nove mil reais) referente às despesas fixas da secretaria; R\$1.543.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e três reais) no que tange eventos esportivos, competições e atividades que as equipes de Toledo participam, sendo que destas aproximadamente 30% é destinado para área da criança e do adolescente. A conselheira Lucimar considera que o investimento é baixo na área por considerar a importância desta para as crianças e adolescentes. Além disso, Mauro afirmou que são ofertadas 40 modalidades na secretaria, e que a parceria com instituições privadas tem favorecido e fortalecido a área, além de se colocar à disposição para que este Conselho tire as dúvidas sobre a área. Sobre o orçamento da Secretaria Municipal de Educação Ildo afirmou que o orçamento total será de R\$49.963.478,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais). Deste recurso R\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões) se referem à folha de pagamento do Departamento de Educação Infantil; 16.000.000,00; (dezesseis milhões); 1) gabinete, reformas de escolas, manutenção 815.000,00, (oitocentos e quinze mil reais); 2) administração escolar 18.980,00; (dezoito mil, novecentos e oitenta reais) 3) departamento administrativo de educação infantil 3.387.661 (três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e um reais); 4) departamento de ensino 1.519.429 (um milhão, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e nove reais) 5) Fundeb 24.750.839 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e nove reais); R\$ 470.434,00 (quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) ficaram fora das fontes 5 e 6 - educação de jovens e adultos, cozinha social e biblioteca; 49.493,044 (quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos total na área da criança e adolescente, o conselheiro Lineu questionou sobre a questão dos conjuntos habitacionais e a estrutura educacional, neste sentido o secretário informou sobre as ampliações, sendo que Escola Municipal André Zenere serão construídas 4(quatro) salas de aula, na Escola Municipal Egon Werner 2 (duas) salas da aula, na Escola Municipal Waldir Becker 5 (cinco) salas de aula, porém assinalou que no Bairro Jardim Panorama estão sendo construídas 204 (duzentos e quatro) unidades habitacionais, porém foi licitada uma escola que seria financiada pelo Governo Estadual, que após negociações não cumpriu o acordo, sendo esta uma escola com 6 salas e uma creche. Outra preocupação é referente ao Bairro Fachini em que estão sendo construídas 240 (duzentos e quarenta) unidades e identificou-se que se tratam de pessoas que não moram no bairro o que repercute diretamente na estrutura deste. No bairro Santa Clara foram construídas 208 (duzentos e oito) unidades, mas com pessoas que residiam na região. Além disso, outra preocupação da Secretaria Municipal de Educação se refere ao fato de que a partir de 2011, o 5º ano passa a ser responsabilidade do município e, portanto, haverá vácuo da saída de crianças da creche para a escola. A conselheira Lucimar questionou sobre a demanda reprimida ao que o Secretário da educação Ildo afirmou que irá verificar e retornar para o CMDCA. A conselheira Rejane questionou se há uma previsão de construção de escolas a partir dessas construções da habitação, sendo esta uma preocupação, ao que o secretário respondeu que não. Sobre a área de saúde a secretária Denise ressaltou que o orçamento geral da saúde para 2011 é de 39.900.000,00 (trinta e nove milhões e novecentos mil). Afirmou a dificuldade de discriminar os profissionais que atendem especificamente crianças e adolescentes. Além disso, há a previsão de gasto de R\$7.000.000,00 (sete milhões) para a construção e estruturação do Hospital Regional; aproximadamente R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões) para folha de pagamento que se constitui como a maior despesa para esta secretaria; e, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para serviços como medicamentos, exames e consultas. O coordenador do CREAS I Juliano questionou se esta secretaria identifica a faixa etária que mais acessa os atendimentos das Unidades Básicas de Saúde, ao que a secretária Denise afirmou que são os usuários jovem/adulto de 25 à 50 anos.

Além disso, esclareceu que conforme o Piso de Atenção Básica Fixo o município recebe R\$ 17,00 (dezesete reais) por habitante. Denise afirmou que para o ano de 2011 será construída uma Unidade de atendimento à criança e à gestante. A conselheira Gisela questionou referente aos medicamentos, se a pessoa consulta por convênios não tem direito aos medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A secretária Denise afirmou que o elenco nacional de medicamentos está sendo disponibilizado. O conselheiro Lineu agradeceu os secretários pela apresentação e que em outro momento o secretário de cultura poderá apresentar, a partir disso realizou-se a aprovação do Orçamento Criança, com a ressalva da falta de apresentação dos dados da Secretaria Municipal da Cultura. O conselheiro Lineu assinalou a importância deste exercício, agradeceu empenho e apresentação dos dados destas secretarias. O conselheiro Rodrigo solicitou o registro da importância que da presença do Ministério Público e Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos nestas discussões. Sobre o Item c) Relato das comissões, a conselheira Marília afirmou que a Comissão Técnica reuniu-se e solicitou que os conselheiros façam a leitura do documento que foi construído a partir dos aspectos inscrição, renovação e inscrição de programas. Nesse sentido, o conselheiro Lineu realizou o agradecimento pelo trabalho e solicitou que os conselheiros encaminhem sugestões até o dia vinte e quatro de setembro de 2010. Sobre a Visita ao Circo, foi realizada a leitura do Relatório da Comissão e sugeriu-se a partir das discussões com o CMDCA deliberou-se que será encaminhado Ofício para a Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Municipal Anita Garibaldi para a contratação de Assistente Social e Psicóloga 20 horas/semanais com prazo de 30 (trinta) dias para resposta e um Ofício para a Secretaria Municipal de Educação para dar ciência sobre o ofício encaminhado à APM, além de que a Comissão Técnica estará à disposição para orientações. O conselheiro Rodrigo ressaltou que se o CIRCO se trata de uma instituição governamental deve contratar os profissionais neste âmbito, porém se for uma instituição não-governamental deverá cumprir os preceitos legais e garantir a equipe. A conselheira Roseli afirmou que o CIRCO tem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, mas não no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e isso é contraditório, pois se trata de uma instituição que atende um número elevado de crianças e adolescentes em um território de vulnerabilidade social que deve ser reconhecido, pois tem-se que pensar no usuário e na família. A secretária de Assistência Social Ires afirmou que há um conflito entre a associação e a instituição. A conselheira Lucimar considerou que o CMDCA tem que oficial e a APM da Escola terá que assumir a instituição, pois existe um trabalho lindo, fantástico e enquanto CMDCA podemos agir neste sentido. A conselheira Lizandra ressaltou a preocupação de que a educação tenha que assumir essas ações, sendo que há somente uma psicóloga e uma assistente social na área. O conselheiro Rodrigo questionou como o CIRCO conseguiu registro no Conselho Nacional de Assistência Social, sendo que a conselheira Roseli afirmou que se trata da discussão junto à APMF. O conselheiro Lineu afirma que a visita foi uma fotografia, no início do ano fica sem equipe. O conselheiro Rodrigo ressaltou a importância que estes usuários sejam atendidos na rede dos CRAS e CREAS. A plenária aprovou a proposta de encaminhar os ofícios para APM e Secretaria Municipal de Educação. Sobre a Comissão do Imposto de Renda, foi deliberado R\$3.000,00 (três mil reais) para campanha publicitária. A conselheira Lucimar solicitou em nome da Comissão de Fiscalização se podem realizar a fiscalização de quem já prestou contas sobre o recurso. Sobre a Comissão da Campanha do Imposto de Renda, o conselheiro Lineu em parceria com a Secretária de Assistência Social Ires, o Diretor de Orçamento Astor, o Assessor de Governo Alceu Dalbosco, o Secretário de Administração Moacir Vanzo e o Presidente da Associação Toledana de Imprensa (ATI) Oscar Gaspar e a Equipe do Controle Interno conseguiram evitar a realização de licitação, porém no decorrer dos trâmites as empresas que realizaram a cotação não puderam apresentar as certidões negativas. Sobre a gravação de um vídeo, o conselheiro Rodrigo se colocou à disposição para elaborar junto com os adolescentes dos projetos imagens das instituições de atendimento para apresentar nos escritórios contábeis, sendo que a ATI e núcleo das agências de publicidade estão elaborando material. Sobre o item e) a conselheira Marília apresentou a proposta de discutir sobre os serviços com as equipes de Proteção Social Especial, Equipe da Vara da Infância, Juventude e Família e Promotoria de Justiça. Sobre este aspecto a conselheira Roseli que a discussão com a Vara da Infância, Juventude e Família e Promotoria deu suporte para as equipes e assinalou a importância de esclarecer questões sobre a discussão com Conselho Tutelar. Nesse sentido, o conselheiro Naação afirmou que dois casos foram acolhidas crianças e adolescentes devido o atendimento do Conselho Tutelar, mas os últimos seis acolhimentos foram feitos através de determinação judicial, apenas duas foram do Conselho Tutelar. A Assistente Social Fernanda questionou se durante as vinte e quatro horas que o Conselho Tutelar tem para informar sobre o acolhimento, há o contato com a família extensa. O conselheiro tutelar Naação afirmou que não possuem essa atribuição e a partir do informe que a partir disso juiz decide. Encerrada a reunião às às onze horas e vinte minutos, eu Marília Borges, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e demais conselheiros e convidados.

